



L D O

LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS

2016



LEI Nº 1.169/2017

EMENTA: Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017 e dá outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Gameleira vem no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e por força do Parágrafo Oitavo do art. 121 do Regimento Interno desta Casa, Promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Orçamento do Município de Gameleira, relativo ao exercício de 2017, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais estabelecidas nos termos da presente Lei, em cumprimento ao disposto no §2º do art.165 da Constituição Federal, art.4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e Portaria nº 403/2016 da Secretaria do Tesouro Nacional, compreendendo:

- I. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II. A estrutura e organização dos orçamentos;
- III. As diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV. As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- V. As disposições sobre a Legislação tributária do Município;
- VI. As disposições gerais.

Parágrafo único. Integram esta Lei os seguintes anexos:

- I. Programa e Metas;



II. Metas Fiscais;

III. Riscos Fiscais;

IV. Evolução da Receita.

CAPITULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. Constituem prioridades do Governo Municipal;

- I. Implementar políticas públicas de responsabilidade social;
- II. Promover a adequação, modernização e eficiência dos serviços públicos;
- III. Promover o aprimoramento, modernização e valorização do quadro de servidores;
- IV. Promover a adequação da infraestrutura urbana e do sistema viário;
- V. Promover o desenvolvimento econômico sustentável e a recuperação da qualidade ambiental do Município.

Art. 3º. As prioridades e metas para o exercício de 2017 estão especificadas no Anexo I-Programas e Metas, sendo estabelecidas por programas, objetivos, funções, subfunções, ações e metas, e estão em consonância com aquelas especificadas no Plano Plurianual para o quadriênio de 2014 a 2017.

Parágrafo único. A regra contida no caput deste artigo não se constitui em limite a programação das despesas.

Art. 4º. As metas fiscais são especificadas no Anexo II, elaborado de acordo com o § 1º, do art. 4º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e Portaria nº 403/2016 da Secretariado Tesouro Nacional, abrangendo todos os órgãos dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social.

CAPITULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º. A Lei Orçamentaria Anual para 2017 compreenderá o Orçamento Fiscal e Orçamento da Seguridade Social.



Art. 6º. Os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus órgãos e fundos, instituídos e mantidos pela Administração Municipal, direta ou indiretamente.

Art. 7º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I. Programa, o instrumento de organização da ação governamental, visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II. Função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público;

III. Subfunção, uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;

IV. Atividade, um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do Governo;

V. Projeto, um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo;

VI. Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VII. Órgão orçamentário, o maior nível da classificação institucional;

VIII. Unidade orçamentária, um nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários;

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º. Cada ação identificada por atividades, projetos e operações especiais pode participar de apenas um programa, porém poderá ser orçada em mais de uma unidade orçamentária.



Art.8º.O Orçamento Fiscal e da Segundade Social discriminara a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a unidade orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza de despesa, as modalidades de aplicação, os elementos de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e as fontes de recursos.

§1º. Nos grupos de natureza da despesa será observado o seguinte detalhamento:

- I. Pessoal e encargos sociais -1;
- II. Juros e encargos da dívida - 2;
- III. Outras despesas correntes -3;
- IV. Investimentos -4;
- V. Inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas - 5;
- VI. Amortização da dívida - 6.

§ 2º. A Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor será identificada pelo dígito9, no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 3º. A Reserva de Continência do Orçamento Fiscal será identificada pelo dígito 9, no que se refere ao grupo de natureza da despesa.

§ 4º. Na especificação das modalidades de aplicação será observada, no mínimo, o seguinte detalhamento:

- I. Transferências à União - 20;
- II. Transferências a Estados e ao Distrito Federal- 30;
- III. Transferências a instituições privadas semfinslucrativos-50;
- IV. Transferênciasa instituições privadas com fins lucrativos - 60;
- V. Transferências a instituições multigovernamentais -70;
- VI. Transferências a ConsórciosPúblicos - 71;
- VII. Aplicaçõesdiretas-90;
- VIII. Aplicação diretadecorrentede operação entreórgãos,fundose entidades integrantesdos Orçamentos Fiscale da SeguridadeSocial- 91;
- IX. A definir-99.

Art.9º. A Lei Orçamentária Anual, para 2017 conterà a destinação de recursos classificados pelo identificador de Uso, Grupo de Destinação de Recursos e Fontes de



Recursos, regulamentados pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN, do Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE.

§ 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar, alterar ou extinguir os códigos da destinação de recursos, composta por identificador de Uso, Grupo de Destinação de Recursos e Fontes de Recursos, incluídos na Lei Orçamentária Anual para 2017 e em seus créditos adicionais.

§ 2º. O Município poderá incluir na Lei Orçamentária Anual para 2017 outras fontes de recursos, para atender as suas peculiaridades, além das determinadas pelo caput deste artigo.

Art.10. O identificador de uso destina-se a indicar os recursos que compõe a contrapartida municipal de empréstimos ou de outras aplicações, constantes da Lei Orçamentária Anual para 2017, e de seus créditos adicionais pelos seguintes dígitos, que antecederão o grupo de destinação de recursos e as fontes de recursos:

- I. Origens não referentes a transferências voluntárias - 0;
- II. Originários de transferências públicas voluntárias - 1;
- III. Originários de outros empréstimos e financiamentos - 2;
- IV. Originários de transferências de iniciativa privada (física e jurídica) na forma de doações - 3;
- V. A classificar - 9;

Art.11. O Grupo de Destinação de Recursos destina-se a indicar se os recursos são provenientes da Administração Direta ou indireta, constantes da Lei Orçamentária Anual para 2017, e de seus créditos adicionais pelos seguintes dígitos, que antecederão as fontes de recursos:

- I. Arrecadado na Administração Direta - exercício corrente - 1;
- II. Arrecadado na Administração Indireta - exercício corrente - 2;
- III. Arrecadado na Administração Direta - exercícios anteriores - 3;
- IV. Arrecadado na Administração Indireta - exercícios anteriores - 6;
- V. Recursos condicionados - 9;



Art.12. A Reserva de Contingência do Orçamento Fiscal será constituída, exclusivamente, com recursos do seu orçamento, com valor equivalente a, no mínimo, 1 % (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2017, para atender as determinações da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e Portaria Interministerial nº 403, de 2016.

Art.13. A Lei Orçamentária Anual para 2017 discriminará, em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

- I. Ao pagamento de precatórios judiciais;
- II. Ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas e julgado consideradas de pequeno valor;
- III. Ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida fundada.

Art. 14. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2017, que o Poder Executivo encaminhara ao Poder Legislativo até 05 de outubro de 2016, cumprindo o prazo previsto na Emenda Constitucional nº 31, de 27 de junho de 2008, será composta de:

- I. Texto da lei;
- II. Quadros orçamentários consolidados;
- III. Anexos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma da legislação vigente;
- IV. Discriminação da legislação da receita e da despesa, referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

§ 1º. Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os quadros a que se refere o inciso III do art. 22 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

- I. Resumo das receitas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica;
- II. Resumo das despesas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica;
- III. Receita e despesa, do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, segundo as categorias econômicas, conforme Anexo I da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964;



- IV. Evolução da receita do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes;
- V. Receita do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei Federal nº.4.320, de 17 de março de 1964;
- VI. Despesa do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, segundo o poder e o órgão e os grupos de natureza de despesa;
- VII. Evolução da despesa do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, segundo as categorias econômicas e os grupos de natureza de despesa;
- VIII. Despesa do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, segundo a função, a subfunção, o programa e os grupos de natureza de despesa;
- IX. Da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal;
- X. Da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, na forma da legislação que dispõe sobre o assunto;
- XI. Da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades, com a respectiva legislação;
- XII. Da aplicação dos recursos para o financiamento das despesas do Poder Legislativo Municipal, conforme a Emenda Constitucional nº.58, de 23 de setembro de 2009 e o art. 20 da Lei Complementar Federal nº.101, de 04 de maio de 2000;
- XIII. Da receita corrente líquida, com base no art.1º,§ 1º, inciso IV, da Lei Complementar Federal nº.101/2000 e da despesa com pessoal;
- XIV. Da aplicação dos recursos reservados a saúde, conforme a Emenda Constitucional nº.29, de 13 de setembro de 2000;

§2º. O Poder Executivo enviará a Câmara Municipal os Projetos de Lei Orçamentária e dos Créditos Adicionais por meio tradicional ou eletrônico, com sua despesa discriminada por elemento de despesa e com a identificação da destinação dos recursos.

Art.15. A Proposta Orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada pela Câmara Municipal, de acordo com o art.17, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e



entregue a Diretoria de Planejamento Orçamentário até o dia 31 de agosto do corrente, observados os parâmetros e as diretrizes estabelecidas nesta Lei, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art.16. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2017 permitirão o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, assegurando, assim, o controle social e a transparência da gestão fiscal.

§ 1º. O princípio do controle social implica assegurar a toda a cidadã a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento,

§ 2º. O princípio da transparência implica além da observância ao princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

§ 3º. Para o efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o § 2º. Deste artigo, o Poder Executivo deverá manter atualizado endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, com os dados e as informações descritos no art.48 da Lei Complementar Federal nº. 101/2000.

§ 4º. Será dada ampla divulgação inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

I. Pelo Poder Executivo:

- a) A estimativa das receitas de que trata o § 3º. do art.12 da Lei. Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000;
- b) A proposta de Lei Orçamentária e seus anexos;
- c) A Lei Orçamentária Anual e seus anexos.

II. Pelo Poder Legislativo:

- (A) A projetos de lei, emendas, parecer preliminar e ao parecer sobre as emendas apresentadas.

Art. 17. A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2017 a aprovação e execução da respectiva lei deverão levar em conta o alcance das disposições do Anexo de Metas Fiscais, constantes no Anexo II desta Lei.



Art. 18. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual para 2017, e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e da avaliação dos resultados dos Programas de Governo.

Art. 19. Na programação da despesa não poderá ser fixada despesa sem que esteja definida a respectiva fonte de recurso e legalmente instituída a unidade executora.

Art. 20. É obrigatória a inclusão, na Proposta da Lei Orçamentária Anual para 2017, dos débitos decorrentes de precatórios judiciais e, apresentados até 1º de julho, data em que terão atualizados seus valores, conforme § 1º do art. 100 da Constituição Federal de 1988.

Art. 21. O Município poderá conceder ajuda financeira, prevista na Lei Orçamentária, a título de "subvenções sociais", a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham as seguintes condições:

- I. Sejam de atendimento direto ao público, em funções compatíveis com as de responsabilidade do Município;
- II. Associações, cooperativas, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público e/ou organizações sociais;
- III. Que se achem em dia quanto ao pagamento de tributos devidos ao ente transferidor.

§ 1º. Os repasses de recursos serão efetivados através de convênio, conforme determina o art. 116 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, a exigência do art. 26 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º. Para habilitar-se ao recebimento das "subvenções sociais", a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular no último ano, emitida no exercício de 2016, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 3º. As entidades beneficiadas nos termos deste artigo continuarão ao órgão repassador, a prestação de contas dos recursos recebidos do Poder Executivo, conforme



regulamentação da Diretoria de Contabilidade, ficando proibido novo repasse caso tenha prestação de contas pendente.

§ 4º. A prestação de contas a que se refere o parágrafo anterior será disponibilizada à população, através do órgão repassador do recurso.

§ 5º. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão a fiscalização do poder concedente, com a finalidade de verificar-se o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 22. O Município poderá transferir recursos financeiros, na forma de contribuições e auxílios, para entidades privadas com ou sem fins lucrativos, através de convênio, conforme art. 26 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 23. A inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de transferências de recursos para custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 24. É vedada a aplicação da receita derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada, por lei, aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos, conforme art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 25. Observadas as prioridades a que se refere o art. 2º, desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta e dos fundos especiais, se:

- I. Estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;
- II. Os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito;
- III. Houver a comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira.



Art. 26. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art.9º e no inciso II,§ 1º do art. 31, todos da Lei Complementar Federal nº.101/2000, o Poder Executivo procederá à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, fixando em ato próprio os percentuais e montantes para cada órgão, entidade e fundo.

§ 1º.Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º. No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I. Com pessoal e encargos patronais,

II. Com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art.45 da Lei Complementar Federal nº. 101/2000.

§ 3º. Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art.27. Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas, que resultem na execução das mesmas, sem o cumprimento dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Paragrafo único. A Contabilidade registrará os fatos, relativos à gestão orçamentário-financeira, que tenham efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e das providências derivadas do caput deste artigo.

Art. 28. Para os efeitos do art.16,da Lei ComplementarFederal nº 101,de 2000:

I- As especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art.38,da Lei Federal nº 8.666/1993.



II - Entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II, do art. 24, da Lei n.º 8.666/1993.

Art. 29. As propostas de criação ou aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, entendida como aquela que constitui ou venha a constituir em obrigação constitucional, além de atender ao dispositivo no art. 17, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, deverão ser encaminhadas previamente a Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 30. A abertura de créditos adicionais dependerá da existência de recursos disponíveis e será apresentada na forma e com detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual e conterá autorização para abertura de créditos adicionais suplementados de até 40% (quarenta por cento) do total da despesa autorizada, nos termos previstos no inciso I e parágrafo II da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 31. A Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor poderá ser utilizada como recurso para abertura de créditos adicionais suplementares e/ou especiais, destinados exclusivamente às despesas previdenciárias.

Art. 32. A Reserva de Contingência poderá ser utilizada como recurso para abertura de créditos adicionais e emendas a Lei Orçamentária Anual para 2017.

§ 1º. Caso os valores destinados para outros riscos fiscais, conforme o demonstrativo de riscos fiscais e providências não ocorram, o Poder Executivo poderá utilizá-los como recurso para abertura de créditos adicionais.

§ 2º. O limite mínimo determinado no artigo 12 deverá ser obedecido quando forem utilizados os recursos da Reserva de Contingência em emendas à Lei Orçamentária Anual para 2017.

Art. 33. O Poder Executivo poderá indicar como recurso, a Reserva de Contingência, servindo de aporte local, quando da formulação de convênios a serem assinados com outras esferas de governo.

Parágrafo único. O recurso da Reserva de Contingência indicado na formulação do convênio poderá ser substituído, quando forem elaborados os projetos de leis ou decretos, que abriremos créditos adicionais.



Art. 34. O Poder Executivo fica autorizado a transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual para 2017 e em créditos adicionais, e ainda em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos, entidades ou fundos, bem como de alterações de suas competências e atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação.

Parágrafo único. A autorização de que trata o caput deste artigo, não poderá resultar em alteração de valores das programações, aprovadas pela Lei Orçamentária Anual para 2017 ou em créditos adicionais, podendo haver ajuste na classificação funcional.

Art. 35. A Lei Orçamentária Anual para 2017 somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 36. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado por entidades da Administração Direta e Indireta, nos termos do art. 9º da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º. A Câmara Municipal deverá enviar até 10 de janeiro de 2017, ao Poder Executivo, a programação de desembolso mensal para o referido exercício.

§ 2º. O Poder Executivo deverá publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até 30(trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2017.

Art. 37. No prazo previsto no artigo anterior desta Lei, o Poder Executivo deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas mensais, juntamente com as medidas de combate a evasão e a sonegação, bem como as quantidades e valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do art. 13 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000.



Art.38. Cabe a Secretaria Municipal de Fazenda a responsabilidade pela coordenação do processo de elaboração e consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de que trata esta lei.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Fazenda determinará sobre:

- I. O calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;
- II. A elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município e seus órgãos;
- III. As instruções para o devido preenchimento das propostas dos orçamentos de que trata esta Lei.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 39. No exercício financeiro de 2017, as despesas com pessoal observarão às normas constitucionais aplicáveis, a Lei Complementar Federal nº.101/2000, a Lei Federal nº.9.717, de 27 de novembro de 1998, e a legislação municipal em vigor.

Art.40. A instituição, concessão e o aumento de qualquer vantagem pecuniária ou remuneração, a criação de cargos, a adaptação e implementação nos planos de carreira e seus respectivos movimentos sistema de mapeamento de competências, crescimento horizontal, crescimento vertical, transição, mudança de área de atuação e atividade, os programas de qualidade, produtividade e remuneração variável, mobilidade nos limites legais vigentes e a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos instituídos pelo Município, observado o contido no inciso II, do art. 37, da Constituição Federal, de 1988, poderão ser levados a efeito para o exercício de 2016, de acordo com os limites estabelecidos na Emenda Constitucional nº 25, de 2000, na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e na legislação municipal vigente.

Art.41. O Poder Legislativo, durante o exercício financeiro de 2017, deverá enquadrar-se nas determinações dos artigos 40 e 41, desta lei, com relação as despesas com pessoal e encargos sociais.



Art. 42. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de hora-extraordinária fica restrita a situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art.43. A proposta Orçamentária para 2017 assegurará recursos para qualificação de pessoal e visará o aprimoramento e treinamento dos servidores municipais, que ficarão agregados a programa de trabalho específico.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA DO MUNICÍPIO

Art. 44. Os tributos municipais poderão sofrer alterações em decorrência de mudanças na legislação nacional sobre a matéria ou ainda em razão de interesse público relevante.

Art.45. Os impactos decorrentes de modificações na legislação tributária ocorridas até 31 de agosto de 2016 serão considerados nas previsões de receitas da Lei Orçamentária Anual para 2016.

Art.46. O desconto para pagamento integral e a vista do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano-IPTU, das Taxas agregadas ao IPTU do Imposto sobre serviços dos Autônomos e Sociedades de Profissionais - ISS Fixo e das Taxas Mobiliárias, no exercício de 2017, por ato do Poder Executivo não poderá ser superior a 15% (quinze por cento).

CAPÍTULO VII OUTRAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47. Os valores das metas fiscais, em anexo, devem ser vistas como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações, de forma a acomodar a trajetória que as determinem, até o envio do Projeto da Lei Orçamentária para 2017.



CÂMARA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

CASA MARQUÊS DE OLINDA

CNPJ: 11.529.765/0001-30

Av. Caetano Monteiro, 260 – Centro – Gameleira/PE

CEP 55530-000 - Fone Fax: (81) 3679-1144

Email: casamarquesdeolinda@hotmail.com



Documento Assinado Digitalmente por: VERONICA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA
Acesse em: <http://etc/ctce/pe.gov.br/epi/validador.seam> Código do documento: 815770e4-a81a-48c1-bc5a-6640f45a0d0

Art. 48. O Poder executivo encaminhará à Câmara Municipal, juntamente com o Projeto de Lei Orçamentário Anual, o Quadro Detalhado da Despesa - QDD, especificando por projetos, atividades e operações especiais os elementos de despesas do Orçamento da seguridade Social.

Art. 49. Se o Projeto de Lei Orçamentário Anual não for encaminhado à sanção da Prefeita municipal em tempo hábil, a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze) avos do total de cada dotação, na forma da proposta do Orçamento remetido à Câmara Municipal, enquanto não se completar o ato sancionatório.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica as despesas na área De educação, saúde e assistência social, bem como as despesas da dívida pública Municipal, podendo os gastos ser realizados em sua totalidade.

Art. 50. Fica o Poder executivo autorizado a alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias e seus anexos, sempre que houver necessidade, com prévia autorização do legislativo.

Art. 51. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a cotação no tocante as partes alteradas e proposta.

Art. 52. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários conforme o disposto no § 2º. Do Art. 167 da Constituição Federal, será efetivada mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 53. Esta Lei entra em vigora na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gameleira, 02 de janeiro de 2017.


SONILDO JOSÉ PIMENTEL
PRESIDENTE - CMG.

MUNICÍPIO DE GAMELEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - PROGRAMAS E METAS

RELAÇÃO DE PROGRAMAS
- 2017 -



Documento Assinado Digitalmente por: VERONICA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA
Acesse em: <http://eic/ice.pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 815770e4-a81a-48c1-bc5a-6640f45a0d0d

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO	PROGRAMAS
0000	A	ENCARGOS ESPECIAIS
0001	A	PROCEDIMENTO LEGISLATIVO
0002	A	SUPORTE ADMINISTRATIVO
0003	F	MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS
0004	F	CULTURA JUNTO A VOCE
0005	A	VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO
0006	F	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
0007	A	PREVIDÊNCIA SOCIAL
0008	F	APOIO AO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO
0009	F	GAMELEIRA MINHA TERRA
0010	F	SERVIÇOS URBANOS EFICIENTES
0011	F	GAMELEIRA MAIS BELA
0012	F	GAMELEIRA RESGATANDO VIDAS
0013	F	ESPORTE É VIDA
0014	F	SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA
0015	F	TRANSPORTE COM SEGURANÇA
0016	F	GAMELEIRA MAIS CRIANÇA NA ESCOLA
0017	F	ENSINO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE
0018	F	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
0019	F	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
0020	F	ÁGUAS DE GAMELEIRA
0021	F	GAMELEIRA MAIS SEGURA
9999	A	RESERVA DE CONTINGÊNCIA

LEGENDA

1. CLASSIFICAÇÃO DO PROGRAMA:
"A" = APOIO ADMINISTRATIVO;
"F" = FINALÍSTICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I PROGRAMAS E METAS
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2017



Documento Assinado Digitalmente por: VERONICA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA
Acesse em: <http://eic/ice.pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 815770e4-a81a-48c1-bc5a-6640f45a0d0

PROGRAMA: CODIGO 0000 ENCARGOS ESPECIAIS

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Engloba despesas que não contribuem para manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contrapostação direta sob a forma de bens ou serviços.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS					
COD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FISICA
FUNÇÃO - 28 - Encargos especiais					
SUBFUNÇÃO - 843 - Serviço da dívida interna					
0000-01	OE	Pagamento de amortização, juros e outros encargos incidentes sobre a dívida pública interna.	PAGAMENTO EFETUADO	UNIDADE	GLOBAL
0000-02	OE	Pagamento de dívidas PASEP	PAGAMENTO EFETUADO	UNIDADE	GLOBAL
0000-03	OE	Pagamento de dívida INSS	PAGAMENTO EFETUADO	UNIDADE	GLOBAL
0000-04	OE	Pagamento Parcelado da Celpe	PAGAMENTO EFETUADO	UNIDADE	GLOBAL
0000-05	OE	Pagamento Parcelado da Compesa	PAGAMENTO EFETUADO	UNIDADE	GLOBAL
0000-06	OE	Pagamento de Precatórios	PAGAMENTO EFETUADO	UNIDADE	GLOBAL
0000-07	OE	Pagamento de serviços judiciais	PAGAMENTO EFETUADO	UNIDADE	GLOBAL
0000-08	OE	Pagamento de dívida junto a Gameleira Frev	PAGAMENTO EFETUADO	UNIDADE	GLOBAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I PROGRAMAS E METAS
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2017



Documento Assinado Digitalmente por: VERONICA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA
Acesse em: <http://etce/ce-pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 815770e4-481a-48c1-bc5a-6640f45a0d0

PROGRAMA: CÓDIGO 0001 PROCEDIMENTO LEGISLATIVO

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Manter e promover o desenvolvimento das atividades da Câmara Municipal.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS					
COD	NAT	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FISICA
FUNÇÃO: 01 – Legislativa					
SUBFUNÇÃO: 031 - Ação Legislativa					
0001.01	A	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Câmara Municipal de Gameleira	CÂMARA MANTIDA	UNIDADE	1
0001.02	P	Ampliação e/ou reforma do prédio da Câmara	PRÉDIO AMPLIADO E/OU REFORMADO	UNIDADE	1
0001.03	A	Pagamento dos inativos e pensionistas	PAGAMENTO EFETUADO	UNIDADE	Global

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I PROGRAMAS E METAS
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2017



Documento Assinado Digitalmente por: VERONICA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA
Acesse em: <http://eic/ce/pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 815770e4-a81a-48c1-bc5a-6640f45a0d0

PROGRAMA: CODIGO 0002 SUPORTE ADMINISTRATIVO

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Manter e promover o desenvolvimento das atividades dos diversos secretarias da administração municipal, visando o suporte aos programas finalísticos.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS

COD	NAT	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FISICA
FUNÇÃO - 04 - Administração					
SUBFUNÇÃO - 122 - Administração Geral					
0002.01	A	Manutenção e desenvolvimento das atividades das secretarias do governo municipal e gabinete do prefeito.	SECRETARIAS MANTIDAS	UNIDADE/ANO	9
0002.02	A	Manutenção da Secretariade Administração	SECRETARIA MANTIDA	UNIDADE	1
0002.03	A	Manutenção da Secretaria de Administração	SECRETARIA MANTIDA	UNIDADE	1
0002.04		Contribuição PASEP		UNIDADE	1
0002.05		Construção e/ou ampliação de um centro Administrativo	CENTRO CONSTRUÍDO	UNIDADE	1
0002.06		Participação do Consorcio	CONSORCIO	UNIDADE	1
SUBFUNÇÃO 123 - Adm. Financeira					
0002.07		Manutenção das atividades e desenvolvimento da Secretaria de Fazenda	ÓRGÃO MANTIDO	UNIDADE	1
SUBFUNÇÃO 124 - Controle Interno					
0002.08		Manutenção das atividades do Controle Interno	ÓRGÃO MANTIDO	UNIDADE	1
FUNÇÃO - 02 - Judiciária					
SUBFUNÇÃO - 062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário					
0002.09		Manutenção e desenvolvimento das atividades do Departamento de Assuntos Jurídicos	ÓRGÃO MANTIDO	UNIDADE	1

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I PROGRAMAS E METAS
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2017

PROGRAMA: CÓDIGO 0003 MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Coordenar, acompanhar e executar políticas públicas visando combater a discriminação e toda forma de violência contra a mulher.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS					
COD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FISICA
FUNÇÃO -08 - Assistência Social					
SUBFUNÇÃO -224 - Assistência Comunitária					
0003-1	A	Manutenção e desenvolvimento das atividades do Departamento da Mulher	ÓRGÃO MANTIDO	UNIDADE	1
0003-2	A	Manutenção das atividades aos cursos técnicos e profissionalizantes para a juventude	UNIDADE MANTIDA	UNIDADE	1
0003-3	A	Programa de apoio a mulher	PROGRAMA MANTIDO	UNIDADE	1



PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I PROGRAMAS E METAS
 METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
 2017



Documento Assinado Digitalmente por: VERONICA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA
 Acesse em: <http://eic.ice.pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 815770e4-a81a-48c1-bc5a-6640f45a0d00

PROGRAMA: CÓDIGO 0004 CULTURA JUNTOÀ VOCÊ

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Aumentar o incentivo a cultura.
 Proporcionar maior acesso da população aos eventos de manifestações artísticas e culturais.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS					
COD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FISICA
FUNÇÃO - 13 - Cultura					
SUBFUNÇÃO - 392 - Difusão Cultural					
0004-01	A	Realização de eventos culturais	EVENTOS	UNIDADE	10
0004-02	A	Manutenção e desenvolvimento das atividades do departamento de Cultura	ÓRGÃO MANTIDO	UNIDADE	1
0004-03	A	Manutenção das atividades da Biblioteca	ÓRGÃO MANTIDO	UNIDADE	1
0004-04	A	Aquisição de instrumentos musicais	INSTRUMENTOS ADQUIRIDOS	UNIDADE	10
0004-05	A	Subvenções a entidades musicais	ENTIDADES SUBVENCIONADAS	UNIDADE	1

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I PROGRAMAS E METAS
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2017

PROGRAMA: CODIGO 0005 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Qualificar o servidor municipal para que o mesmo desenvolva suas atividades de maneira eficiente e eficaz.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS					
COD	NA T.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FISICA
FUNÇÃO - 04 - Administração					
SUBFUNÇÃO -128- Formação de recursos Humanos					
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO					
0005-01	A	Valorização, capacitação e qualificação de recursos Humanos	SERVIDOR QUALIFICADO	UNIDADE	300



PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I PROGRAMAS E METAS
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2017

PROGRAMA: CODIGO 0006 DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SUSTENTAVEL

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Criar condições e instrumentos que favoreçam o desenvolvimento econômico sustentável de Gameleira.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS					
COD.	NA T.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FISICA
FUNÇÃO - 20 – Agricultura					
SUBFUNÇÃO - 605 – Abastecimento					
0006-01	A	Implantação de Horta Orgânica	HORTA	UNIDADE	1
0006-02	A	Programa de Apoio ao micro e pequeno produtor rural	PROGRAMA MANTIDO	UNIDADE	1
0006-03	P	Manutenção dos mercados, matadouros e feiras livres	SERVIÇO MANTIDO	UNIDADE	1
0006-04	P	Aquisição de uma Patrulha Mecanizada	PATRULHA ADQUIRIDA	UNIDADE	1
0006-05	A	Manutenção das atividades da Secretaria de Agricultura.	SECRETARIA	UNIDADE	1
FUNÇÃO 23 – Comércio e Serviços					
SUBFUNÇÃO – 695 – Turismo					
0006-06		Apoio a projetos de infraestrutura turística	APOIO REALIZADO	UNIDADE	1
0006-07		Apoio e realização de atividades e eventos relacionados ao turismo	ATIVIDADE MANTIDA	UNIDADE	1
0006-08		Manutenção e apoio de atividades de promoção comercial	ATIVIDADE MANTIDA	UNIDADE	1



PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I PROGRAMAS E METAS
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2017



Documento Assinado Digitalmente por: VERONICA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA
Acesse em: <http://eic/ice.pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 815770e4-a81a-48c1-bc5a-6640f45a80d0

PROGRAMA: CÓDIGO 0007 PREVIDÊNCIA SOCIAL

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Assegurar aposentadoria e pensão do Servidor Público Municipal

AÇÕES GOVERNAMENTAIS					
COD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FISICA
FUNÇÃO - 09 - Previdência Social					
SUBFUNÇÃO - 271 - Previdência Básica					
0007-01	A	Pagamento de Inativos, Pensionistas e outros beneficiados	PESSOAS ASSEGURADAS	UNIDADE	1

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I PROGRAMAS E METAS
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2017

**PROGRAMA: CÓDIGO 0008 APOIO AO ESTUDANTE
UNIVERSITARIO**

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Garantir o acesso e permanência do aluno universitário

AÇÕES GOVERNAMENTAIS					
COD.	NA T.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FISICA
FUNÇÃO - 12 - Educação					
SUBFUNÇÃO - 364 - Ensino Superior					
0008-01	A	Manutenção do programa a caminho da Universidade	PROGRAMA MANTIDO	UNIDADE	1



PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I PROGRAMAS E METAS
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2017



Documento Assinado Digitalmente por: VERONICA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA
Acesse em: <http://etcc.ice.pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 8151770e-4-a8-1a-48c1-bc5a-6640f45aadd0

PROGRAMA: CÓDIGO 0009 GAMELEIRA MINHA TERRA

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Facilitar e viabilizar o acesso da casa própria garantindo o direito a moradia com qualidade de vida

AÇÕES GOVERNAMENTAIS					
COD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FISICA
FUNÇÃO - 16 - Habitação					
SUBFUNÇÃO - 482 - Habitação Urbana					
0009-01	P	Construção de Moradia	MORADIA	UNIDADE	100
0009-02	P	Recuperação de Moradia	MORADIA	UNIDADE	100
0009-03	A	Manutenção do Fundo Municipal de Habitação	FUNDO MANTIDO	UNIDADE	1
0009-04	P	Infraestrutura em áreas habitacionais	ÁREA	M ²	3.000
0009-05	P	Aquisição de área destinada à habitação	ÁREA ADQUIRIDA	M ²	1.000
0009-06	P	Elaboração de estudos e projetos e intervenções urbanas	ESTUDOS E PROJETOS REALIZADOS	UNIDADE	1

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I PROGRAMAS E METAS
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2017



PROGRAMA: CODIGO 0010SERVIÇOS URBANOS EFICIENTES

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Proporcionar aos cidadãos do Município a prestação de serviços eficientes na manutenção e conservação das via públicas.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS					
COD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FISICA
FUNÇÃO - 15 - Urbanismo					
SUBFUNÇÃO -452 -Serviços Urbanos					
0010-01	P	Manutenção de prédios Públicos	SERVIÇO MANTIDO	UNIDADE	1
0010-02	P	Melhorias de Prédios Públicos	PRÉDIOS MELHORADOS	UNIDADE	3
0010-03	A	Ampliação de praças, parques e jardins	UNIDADES CONSERVADAS	UNIDADE	5
0010-04	A	Conservação de Ruas e Avenidas	SERVIÇO CONSERVADO	UNIDADE	1
0010-05	A	Limpeza e conservação de galerias e esgotos	SERVIÇO MANTIDO	UNIDADE	1
0010-06	P	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria.	ÓRGÃO MANTIDO	UNIDADE	1
0010-07	P	Manutenção de cemitério	CEMITÉRIO MANTIDO	UNIDADE	4
0010-08	A	Manutenção de Praças, Parques e Jardins	UNIDADES CONSERVADAS	UNIDADE/ANO	5
0010-09	A	Manutenção da roçada em terrenos baldios	SERVIÇOS MANTIDOS	UNIDADE	1
0010-10	A	Manutenção de iluminação Pública	SERVIÇOS MANTIDOS	UNIDADE	1
0010-11	A	Manutenção da Limpeza publica	SERVIÇOS MANTIDOS	UNIDADE	1
0010-12	A	Manutenção da pavimentação e serviços complementares	SERVIÇOS MANTIDOS	UNIDADE	1
0010-13	A	Manutenção de consórcios	CONSORCIO MANTIDO	UNIDADE	1

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I PROGRAMAS E METAS
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2017



Documento Assinado Digitalmente por: VERONICA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA
Acesse em: <http://eic/cei/pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 815770e4-a81a-48c1-bc5a-6640f45a0d0d

PROGRAMA: CÓDIGO 0011 GAMELEIRA MAIS BELA

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Promover a qualidade do meio ambiente, através de melhorias, monitoramento e controle ambiental.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS					
COD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FISICA
FUNÇÃO - 18 - Gestão Ambiental					
SUBFUNÇÃO - 542 - Controle Ambiental					
0011-01	A	Manutenção de espaços e atividades ambientais	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1
0011-02	A	Manutenção e revitalização da arborização e áreas verdes	SERVIÇOMANTIDO	UNIDADE	1
0011-03	P	Construção de aterros sanitários	ATERRO CONSTRUIDO	UNIDADE	1

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I PROGRAMAS E METAS
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2017



PROGRAMA: CODIGO 0012 GAMELEIRA RESGATANDO VIDAS

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Assegurar o atendimento da média da e da alta complexidade procurando diminuir suas demandas efetivando a atenção básica no município

AÇÕES GOVERNAMENTAIS					
COD	NAT	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FISICA
FUNÇÃO - 10 - Saúde					
SUBFUNÇÃO - 301 - Atenção básica					
0012-01	A	Ampliação e/ou construção de unidades básicas de saúde.	UNIDADES AMPLIADAS E/OU REFORMADAS	UNIDADE	7
0012-02	A	Manutenção das atividades da Farmácia Básica	FARMACIA MANTIDA	UNIDADE	1
0012-03	A	Manutenção das unidades básicas de saúde.	UNIDADES MANTIDAS	UNIDADE	16
0012-04	A	Manutenção das ações de Prevenção à Saúde.	SERVIÇOS MANTIDOS	UNIDADE	1
0012-05	P	Aquisição de equipamentos e veículos para as unidades básicas de saúde.	UNIDADE EQUIPADA	UNIDADE/ANO	3
0012-06	A	Manutenção da Estratégia Saúde da Família	EQUIPE MANTIDA	UNIDADE/ANO	12
0012-07	A	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	FUNDO MANTIDO	UNIDADE	1
0012-08		Manutenção de consórcio	CONSOCIO MANTIDO	UNIDADE	1
SUBFUNÇÃO - 302 - Assistência Hospitalar					
0012-09	P	Aquisição de equipamentos e veículos inclusive ambulâncias	UNIDADE EQUIPADO	UNIDADE	1
0012-10	A	Manutenção e desenvolvimento das atividades do Hospital	HOSPITAL MANTIDO	UNIDADE	1
0012-11	A	Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU	SERVIÇO MANTIDO	UNIDADE	1
0012-12	A	Manutenção da Farmácia Hospitalar	FARMACIA MANTIDA	UNIDADE	1
0012-13	A	Manutenção de consórcio	Consórcio Mantido	UNIDADE	1

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I PROGRAMAS E METAS
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2017



Documento Assinado Digitalmente por: VERONICA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA
 Acesse em: <http://eicce.ice.pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 815770e4-a81a-48c1-bc5a-6640f45a0d0d

0012-14	P	Ampliação de Postos de Saúde	UNIDADES AMPLIADAS E REFORMADAS	UNIDADE	6
0012-15	A	Manutenção das atividades de Saúde média/alta complexidade	REDE MANTIDA	UNIDADES	1
SUBFUNÇÃO - 304 - Vigilância Sanitária					
0012-16	A	Manutenção das Atividades de Vigilância Sanitária	SERVIÇOS MANTIDOS	UNIDADE	1
0012-17	A	Manutenção das atividades de controle de zoonoses	ÓRGÃO MANTIDO	UNIDADE	1
SUBFUNÇÃO - 305 - Vigilância Epidemiológica					
0012-18	A	Manutenção das atividades de epidemiologia e Controle de Doenças	SERVIÇOS MANTIDOS	UNIDADE	1
0012-19	A	Manutenção dos serviços de combate a dengue	SERVIÇOS MANTIDOS	UNIDADE	1
0012-20	A	Manutenção do Programa de Combate a AIDS e outras	PROGRAMA MANTIDO	UNIDADE	1
FUNÇÃO: 10 - Saúde					
SUBFUNÇÃO: 122 - Adm. Geral					
0012-21	A	Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Sec. de Saúde	SECRETARIA MANTIDA	UNIDADE	1
0012-22	A	Manutenção das atividades do Conselho Municipal de Saúde	CONSELHO MANTIDO	UNIDADE	1

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I PROGRAMAS E METAS
 METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
 2017



Documento Assinado Digitalmente por: VERONICA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA
 Acesse em: <http://etc/ctce.pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 815770e4-a81a-48c1-bc5a-6640f45a0d0

PROGRAMA: CODIGO 0013 ESPORTE E VIDA

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Promover a integração e inclusão social através de atividades esportivas de esporte e lazer

AÇÕES GOVERNAMENTAIS

COD	NA T.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FISICA
FUNÇÃO - 27 - Desporto e Lazer					
SUBFUNÇÃO - 812 - Desporto comunitário					
0013-01	A	Realização e participação de jogos e eventos esportivos	JOGO/EVENTO	UNIDADE/ANO	10
0013-02	A	Manutenção dos espaços esportivos	ESPAÇO MANTIDO	UNIDADE	10
813 - Lazer					
0013-03	P	Realização de eventos recreativos, comemorativos e de lazer.	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	
0014-04	A	Subvenções a entidades esportivas	ORGÃO SUBVEN-CIONADO	UNIDADE	1

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I PROGRAMAS E METAS
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2017



Documento Assinado Digitalmente por: VERONICA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA
Acesse em: <http://efcfece.pe.gov.br/epi/validaDoc.seam?Codigo.do.documento:815770e4-a81a-48c1-bc5a-6640f45a0d00>

PROGRAMA: CÓDIGO 0014SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Oferecer segurança aos usuários das vias públicas, e prevenir doenças e melhorar as áreas de lazer

AÇÕES GOVERNAMENTAIS					
COD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA
FUNÇÃO - 15 - Urbanismo					
SUBFUNÇÃO - 451 - Infra-Estrutura Urbana					
0014-01	P	Implantação de Galerias de águas pluviais	GALERIAS	M	
0014-02	P	Execução de Pavimentação e obras complementares	PAVIMENTAÇÃO	M²	
0014-03	P	Construção de obras de arte de engenharia	OBRA CONSTRUÍDA	UNIDADE	
0014-04	P	Desapropriação de áreas	DESAPROPRIAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	
0014-05	P	Construção de muros de arrimo, escadaria, calçadas e obras complementares	CONSTRUÍDO	M²	
0014-06	P	Construção de Praças	PRAÇAS CONSTRUÍDAS	UNIDADE	
0014-07	P	Urbanização de Ruas	RUAS URBANIZADAS	UNIDADE	3
SUBFUNÇÃO 512 - Saneamento Básico					
0014-08	P	Construção da redes de esgoto	REDES CONSTRUÍDAS	M	
0014-09	P	Construções e melhorias sanitárias	UNIDADES CONSTRUÍDAS	UNIDADE	250
SUBFUNÇÃO - 122 - Administração Geral					
0014-10	A	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria	ÓRGÃO MANTIDO	UNIDADE	1



PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I PROGRAMAS E METAS
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2017

PROGRAMA: CODIGO 0015TRANSPORTE COM SEGURANCA

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Assegurar um bom atendimento aos usuários do transporte rodoviário.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS					
COD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FISICA
FUNÇÃO - 26 - Transporte					
SUBFUNÇÃO - 782 - Transporte Rodoviário					
0015-01	P	Construção e ampliação de abrigos para passageiros	ABRIGOS CONSTRUÍDOS	UNIDADE	5
0015-02	P	Construção e/ou ampliação vicinais	ESTRADAS CONSTRUÍDAS	UNIDADE	2
0015-03	A	Manutenção e desenvolvimento das estradas vicinais	ÓRGÃO MANTIDO	UNIDADE	1
0015-04	P	Construção de obras de arte de Engenharia	OBRAS CONSTRUÍDAS	UNIDADE	2

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I PROGRAMAS E METAS
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2017



Documento Assinado Digitalmente por: VERONICA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA
Acesse em: <http://eic/ce/pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 815770e4-a81a-48c1-bc5a-6640f45a0d0

PROGRAMA: CODIGO 0016 GAMELEIRA MAIS CRIANÇA NA ESCOLA

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Garantir o acesso e permanência de crianças de educação infantil, assegurando-lhes o atendimento as suas necessidades básicas.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS					
COD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FISICA
FUNÇÃO - 12 - Educação					
SUBFUNÇÃO - 365 - Educação Infantil					
0016-01	A	Aquisição de equipamentos para as Escolas Municipais de Educação Infantil	ESCOLAS EQUIPADAS	UNIDADE	5
0016-02	A	Manutenção e desenvolvimento das atividades de Educação Infantil	SERVIÇOS MANTIDOS	UNIDADE	01
0016-03	P	Construção de Creche	CRECHES CONSTRUIDAS	UNIDADE	1
SUBFUNÇÃO: 306 - Alimentação Escolar					
0016-04	A	Manutenção do programa de alimentação escolar	REFEIÇÕES DISTRIBUÍDAS	UNIDADE/DIA	800 000

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I PROGRAMAS E METAS
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2017



Documento Assinado Digitalmente por: VERONICA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA
Acesse em: <http://eic/ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 8151770e4-481a-48c1-bc5a-6640145a80d0

PROGRAMA: CODIGO 0017 ENSINO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito escolar do aluno do Ensino Fundamental.

Assegurar aos alunos melhores condições para apropriação do conhecimento.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS

COD.	NAT	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA
FUNÇÃO - 12 - Educação					
SUBFUNÇÃO - 361 - Ensino Fundamental					
0017-01	A	Manutenção das atividades da Secretaria	ÓRGÃO MANTIDO	UNIDADE	1
0017-02	P	Construção de Escolas de Ensino Fundamental	ESCOLA CONSTRUÍDA	UNIDADE	2
0017-03	A	Manutenção do Programa Dinheiro Direto nas Escolas	PROGRAMA MANTIDO	UNIDADE	1
0017-04	P	Ampliação do espaço físico das Escolas de Ensino Fundamental	ESCOLA AMPLIADA	UNIDADE	5
0017-05	P	Aquisição de Equipamentos para Escolas	ESCOLA EQUIPADAS	UNIDADE	20
0017-06	A	Manutenção e desenvolvimento das atividades do Ensino Fundamental	ÓRGÃO MANTIDO	UNIDADE	1
0017-07	P	Aquisição de veículos inclusive ônibus	VEÍCULO ADQUIRIDO	UNIDADE	3
0017-08	A	Construção de quadras esportivas nas escolas.	QUADRAS CONSTRUÍDAS	UNIDADE	5
0017-09	A	Manutenção do Programa de Transporte Escolar	PROGRAMA MANTIDO	UNIDADE	1
0017-10	A	Realização de Pintura e reforma nas escolas	ESCOLAS PINTADAS	UNIDADE	25
0017-11	A	Aquisição de Kit pedagógico, esportivo, recreativo e didático para o aluno.	KITS ADQUIRIDOS	UNIDADE	
0017-12	A	Manutenção da educação inclusiva (pessoas com necessidades especiais educativas)	PROGRAMAS MANTIDOS	UNIDADE	1
0017-13	P	Aquisição de imóveis	IMVEIS ADQUIRIDOS	UNIDADE	2
FUNÇÃO: 12- Educação					
SUBFUNÇÃO: 306 - Alimentação e nutrição					

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I PROGRAMAS E METAS
 METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
 2017



Documento Assinado Digitalmente por: YERONICA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA
 Acesse em: <http://eic/ice.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 815770e4-a81a-48c1-bc5a-6640f45aa0d0

0017-14	A	Manutenção do Programa de alimentação escolar	REFEIÇÃO DISTRIBUÍDA	UNIDADE / DIA	1.044,4
SUBFUNÇÃO: 366 -Educação de Jovens e Adultos					
0017-15	A	Manutenção da Educação de Jovens e Adultos - Aluno Atendido - Unidade	ALUNO ATENDIDO	UNIDADE	183,8

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I PROGRAMAS E METAS
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2017



Documento Assinado Digitalmente por: VERONICA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA
Acesse em: <http://etce/ce.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 815770e4-481a-48c1-bc5a-6c40f45a0d0

PROGRAMA: CÓDIGO 0018 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Prevenir situações de risco social por meio do desenvolvimento de políticas públicas visando fortalecimento de vínculos familiares

AÇÕES GOVERNAMENTAIS					
COD	NAT	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	MET FÍSICA
FUNÇÃO - 09 - Assistência Social					
SUBFUNÇÃO - 241 - Assistência ao idoso					
0018-01	A	Manutenção e implementação das ações de Proteção Social Básica ao idoso	UNIDADE MANTIDA	UNIDADE	1
0018-02	A	Mobilização e realização de eventos	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	10
FUNÇÃO 11 - Trabalho					
SUBFUNÇÃO - 334 Fomento ao trabalho					
0018-03	A	Apoio às associações e cooperativas de trabalho	ASSOCIAÇÕES E COOP. DE TRABALHO BENEFICIADAS	UNIDADE	
SUBFUNÇÃO - 244- Assistência comunitária					
0018-04	A	Manutenção do Programa de Valorização Humana	PROGRAMA MANTIDO	UNIDADE	1
0018-05	A	Manutenção do Programa Cidade Limpa	PROGRAMA MANTIDO	UNIDADE	1
FUNÇÃO -14- Direitos da cidadania					
SUBFUNÇÃO -422 - Direitos individuais, coletivos e difusos.					
0018-06	A	Manutenção das atividades dos conselhos	CONSELHO MANTIDO	UNIDADE	5
0018-07	A	Mobilização social e realização de eventos	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	6
Subfunção- 243 - Assistência a Criança e ao Adolescentes					
0018-8	A	Manutenção e implementação das ações de proteção social básica a criança e ao adolescente	UNIDADE MANTIDA	UNIDADE	1

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I PROGRAMAS E METAS
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2017



Documento Assinado Digitalmente por: VERONICA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA
Acesse em: <http://eic/ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 815770e4-a81a-48c1-bc5a-6640f45a0d0

0019-12	A	Manutenção do Programa de enfrentamento a pobreza	PROGRAMA MANTIDO	UNIDADE	1
0019-13	p	Aquisição de equipamentos e veículos para o Fundo de Assistência	ÓRGÃO EQUIPADO	UNIDADE	1
FUNÇÃO - 08 - Assistência Social					
SUBFUNÇÃO - 242 - Assistência ao portador de deficiência					
0019-14	A	Manutenção e implementação das ações de proteção social especial à pessoa com deficiência	PESSOA DEFICIENTE ATENDIDA	UNIDADE	2
SUBFUNÇÃO 241 - Assistência ao idoso					
0019-15		Manutenção e desenvolvimento das atividades do Conselho municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	CONSELHO MANTIDO	UNIDADE	1
0019-16	A	Manutenção das ações de proteção social básica ao idoso	SERVIÇO MANTIDO	UNIDADE	1
SUBFUNÇÃO 422 - direitos individuais, coletivos e difusos					
0019-17	A	Manutenção dos serviços de prevenção ao uso de drogas	SERVIÇO MANTIDO	UNIDADE	1
0019-18	A	Manutenção do Conselho Municipal de Drogas	CONSELHO MANTIDO	UNIDADE	1

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I PROGRAMAS E METAS
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2017



Documento Assinado Digitalmente por: VERONICA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA
Acesse em: <http://eic/ce/pe.gov.br/epj/validaDoc.seam> Código do documento: 8151770e4-a81a-48c1-bc5a-6640f45a0d0

PROGRAMA: CODIGO 0019 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Oferecer proteção especial às pessoas que encontram-se em situação de risco pessoal e social sem ou com dificuldades de convivência e vínculo familiar ou comunitário.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS					
COD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FISICA
FUNÇÃO - 08 - Assistência Social					
SUBFUNÇÃO - 243 - Assistência a criança e ao adolescente					
0019-01	A	Manutenção do Conselho Tutelar	CONSELHO MANTIDO	UNIDADE	1
0019-02	A	Manutenção da Casa de Apoio a Crianças e Adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social	CASA MANTIDA	UNIDADE	1
0019-03	A	Manutenção do Fundo da Criança	FUNDO MANTIDO	UNIDADE	1
SUBFUNÇÃO - 122 - Administração Geral					
0019-04	A	Manutenção do Fundo de Assistência	FUNDO MANTIDO	UNIDADE	1
0019-05	A	Manutenção das atividades da secretaria de assistência	SECRETARIA MANTIDA	UNIDADE	1
SUBFUNÇÃO - 244 - Assistência comunitária					
0019-06	A	Manutenção do CRAS	CENTROS MANTIDOS	UNIDADE	1
0019-07	A	Manutenção das CREAS	CENTROS MANTIDOS	UNIDADE	1
0019-08	P	Construção de Centro de referência da Assistência Social	CENTRO CONTRUIDO	UNIDADE	2
0019-09	A	Implementação das ações de Proteção Social a Família - IGD SUAS	PROGRAMA MANTIDO	UNIDADE	1
0019-10	A	Manutenção do Programa Bolsa Família	PROGRAMA MANTIDO	UNIDADE	1
0019-11	A	Manutenção Programa Projovem adolescente	PROGRAMA MANTIDO	UNIDADE	1
FUNÇÃO - 08 - Assistência Social					
SUBFUNÇÃO - 244 - Assistência Comunitária					

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I PROGRAMAS E METAS
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2017

PROGRAMA: CODIGO 0020 ÁGUAS DE GAMELEIRA

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Melhorar os sistemas de abastecimento d'água do Município.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS					
COD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FISICA
FUNÇÃO - 18 - Gestão Ambiental					
SUBFUNÇÃO - 544 - Recursos Hídricos					
0020-01	P	Desenvolvimento de atividades de SAAEG		UNIDADE	10
0020-02	P	Construção e/ou ampliação de obras hídricas	CONSTRUÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO	UNIDADE	10
0020-03	P	Amortização da dívida	PAGAMENTO EFETIVADO	UNIDADE	1
0020-04	A	Manutenção dos serviços de abastecimento d'água	SERVIÇO MANTIDO	UNIDADE	GLOBAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I PROGRAMAS E METAS
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2017

PROGRAMA: CODIGO 0021 GAMELEIRA MAIS SEGURA

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Proporcionar à cidade de Gameleira segurança efetiva e contínua, promovendo ações integradas de prevenção, defesa, proteção ao cidadão, constituída de forma participativa e articulada.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS					
COD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FISICA
FUNÇÃO - 06 - Segurança Pública					
SUBFUNÇÃO - 122 - Administração Geral					
0021-01	A	Manutenção dos convênios com a Polícia e Justiça Estadual.	CONVÊNIOS MANTIDOS	UNIDADE/ANO	2
SUBFUNÇÃO - 183 - Informação e Inteligência					
0021-02	A	Implantação do Sistema de Monitoramento Urbano	SISTEMA IMPLANTADO	UNIDADE/ANO	1



PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I PROGRAMAS E METAS
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2017

PROGRAMA: CÓDIGO 9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Reserva de dotação para fins de abertura de crédito adicionais e cobertura de passivos contingentes, utilizável nos termos do art. 5º, inciso III da LRF.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS					
COD	NAT	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FISICA
FUNÇÃO: 99 - Reserva de Contingência					
SUBFUNÇÃO: 999 - reserva de Contingência					
9999-01	OE	Reserva de Contingência	RESERVA ORÇAMENTÁRIA	UNIDADE	Global





PREFEITURA DA
GAMELEIRA
Construindo o futuro com você



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2017

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Despesas com contrapartidas de convênios não previstos no orçamento	540.000	Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotação e da reserva de contingência para cobertura da despesa	530.000
Despesas orçadas a menor no orçamento corrente	290.000	Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotação e da reserva de contingência para cobertura da despesa	300.000
Despesas não previstas no orçamento corrente	200.000	Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotação e da reserva de contingência para cobertura da despesa	200.000
Frustração de Arrecadação	35.000	Limitação de Empenho	35.000
Demanda Judiciais	5.000	Abertura de créditos adicionais	5.000
Despesas com juros e amortização da dívida interna fixada a menor	5.000	Abertura de créditos adicionais	5.000
TOTAL	1.075.000	TOTAL	1.075.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 METAS ANUAIS
 2017

ESPECIFICAÇÃO	2017		2018		2019		2015		% PIB (R/PIB) x 100
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	Valor Corrente (b)	Valor Constante	Valor Corrente (c)	Valor Constante	Valor Corrente (d)	Valor Constante	
Receita Total	53.071.094	51.094.840	54.207.751	51.280.541	55.833.905	53.042.294	53.042.294	53.042.294	0,036
Receitas Primárias (I)	52.406.000	50.843.093	53.940.996	51.027.870	55.558.896	52.790.942	52.790.942	52.790.942	0,037
Despesa Total	52.082.300	49.583.350	52.605.123	49.782.554	54.181.217	51.472.195	51.472.195	51.472.195	0,036
Despesas Primárias (II)	51.346.350	48.881.725	51.850.814	49.059.384	53.415.608	50.744.828	50.744.828	50.744.828	0,036
Resultado Primário (III) = (I - II)	2.059.225	1.961.302	2.079.817	1.967.507	2.142.212	2.035.101	2.035.101	2.035.101	0,001
Resultado Nominal	(310.575)	(295.637)	(313.681)	(296.742)	(323.091)	(306.937)	(306.937)	(306.937)	0,000
Dívida Pública Consolidada	28.825.050	27.441.448	29.113.301	27.541.182	29.986.700	28.487.365	28.487.365	28.487.365	0,020
Dívida Consolidada Líquida	26.825.050	27.441.448	29.113.301	27.541.182	29.986.700	28.487.365	28.487.365	28.487.365	0,020
FONTE: FIDEM/REGIDAT/AME/THIRAMGOV/PE									

Nota: O Cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico.

VARIÁVEIS	2017	2018	2019
PIB anual (crescimento % anual)	1,00	1,00	3,00
Inflação Média (p. anual) projetada com base em índice oficial	5,40	5,40	5,00



8.3 - DEMONSTRATIVO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR



PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 2017

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO

Metas Previstas em 2015 (a)

Metas Realizadas em 2015 (b)

% PIB

% PIB

Variação Valor (c) = (b-a)

Variação % (ca) x 100

R\$ 1,00

Receitas Totais	45.453.000	39.684.439	0,096	0,090	(5.768.561)	-12,69%
Receitas Primárias (I)	45.385.000	39.664.261	0,096	0,090	(5.720.739)	-12,60%
Despesas Totais	45.453.000	39.684.439	0,096	0,090	(5.768.561)	-12,69%
Despesas Primárias (II)	45.294.000	39.360.531	0,096	0,089	(5.933.469)	-13,10%
Resultado Primário (III) = (I-II)	91.000	323.908	0,000	0,000	232.908	255,94%
Resultado Nominal	(516.000)	-192.092	(0,000)	(0,000)	323.908	62,77%
Dívida Pública Consolidada	32.436.000	41.376.842	0,026	0,062	8.940.842	27,56%
Dívida Consolidada Líquida	32.436.000	41.376.842	0,026	0,062	8.940.842	27,56%

FONTE:



4 - DEMONSTRATIVO III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
 2017

AM - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

VALORES A PREÇOS CORRENTES

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
Receita Total	41.257.779	39.684.439	-3,81	40.992.000	25,90	53.671.050	7,42	54.207.761	1,00	55.833.983	3,00
Receitas Primárias (I)	39.672.729	39.604.281	-0,77	49.704.000	25,31	23.400.600	2,85	59.940.966	1,00	66.558.996	3,00
Despesas Totais	41.956.001	39.684.439	-5,41	48.412.000	21,99	62.052.300	7,56	62.603.123	1,00	64.101.217	3,00
Despesas Primárias (II)	40.293.110	39.360.551	-2,58	47.624.000	21,17	61.346.350	7,60	61.859.814	1,00	63.415.608	3,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.562.891	323.908	-79,28	2.009.000	520,24	2.059.225	2,50	2.079.817	1,00	2.142.212	3,00
Resultado Nominal	3.497.737	3.497.737	0,00	-303.000	-108,66	(310.575)	2,50	(313.681)	1,00	(323.091)	3,00
Dívida Pública Consolidada	17.217.009	17.217.009	0,00	26.122.000	63,34	28.825.050	2,50	29.113.301	1,00	29.996.700	3,00
Dívida Consolidada Líquida	17.217.009	17.217.009	0,00	26.122.000	63,34	29.825.050	2,50	29.113.301	1,00	29.996.700	3,00

VALORES A PREÇOS CONSTANTES

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
Receita Total	38.576.023	37.779.596	(2,06)	47.563.824	25,90	51.094.840	7,42	51.280.541	0,36	53.042.294	3,44
Receitas Primárias (I)	37.374.502	37.760.396	1,03	47.318.208	25,31	50.843.083	7,46	51.027.570	0,36	52.780.342	3,44
Despesa Total	39.228.861	37.779.966	(3,69)	46.088.224	21,99	49.582.350	7,58	49.762.554	0,36	51.477.196	3,44
Despesas Primárias (II)	37.767.558	37.471.226	(0,78)	45.404.668	21,17	48.691.725	7,60	49.059.384	0,36	50.744.828	3,44
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.461.303	308.360	(78,90)	1.912.568	620,24	1.960.382	2,50	1.967.507	0,36	2.036.101	3,44
Resultado Nominal	3.291.371	3.223.846	(1,17)	(288.450)	(108,66)	(296.589)	2,50	(299.565)	1,00	(308.662)	3,00
Dívida Pública Consolidada	16.201.203	16.390.590	1,17	26.772.144	63,34	27.527.923	2,82	27.803.202	1,00	28.637.298	3,00
Dívida Consolidada Líquida	16.201.203	16.390.590	1,17	26.772.144	63,34	27.527.923	2,82	27.803.202	1,00	28.637.298	3,00



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 2017

ANEXO - Demonstrativo V (LDB, art. 12, 3º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2015	2014	2013
PROJETOS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0	0	0
Administração de Bens Móveis	0	0	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0
Alienação de Direitos	0	0	0
DESPESAS EXECUTADAS	2015	2014	2013
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0	0	0
DESPESAS DE CAPITAL	0	0	0
Investimentos	0	0	0
Investimentos Financeiros	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0	0	0
Regime Geral da Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0	0	0
SALDO FINANCEIRO	2013	2012	2011
VALOR (III)	(a) = (IIa) - (Id) + (Iim)	(b) = (IIb) - (IId) + (IIIm)	(c) = (IIc) - (IIId)



PREFEITURA DA
GAMELEIRA
Construindo o futuro com você



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
FIXAÇÃO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2017

LEI ORÇAMENTÁRIA Nº 001/2017, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2013	2014	2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)			
RECEITAS CORRENTES			
Recursos de Contribuições dos Segurados			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Recursos Patrimoniais			
Recursos de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RPPS			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
REDUÇÕES DA RECEITA			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)			
RECEITAS CORRENTES			
Recursos de Contribuições			
Nacional			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial			
Regime de Débitos e Parcelamentos			
Recursos Patrimoniais			
Recursos de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
REDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)			
DESPESAS	2013	2014	2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RPPS			
Outras Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)			
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2011	2013	2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			
Plano Financeiro			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			
FONTE			
NADA A DECLARAR			



ANEXO 9 - DEMONSTRATIVO VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 2017

ANF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

RS 1,00

TRIBUTUO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2017	2018	2019	
IP TU	Outros Benefícios	Incentivo a arrecadação- Incentivo a arrecadação.	3.600,00	3.600,00	3.600,00	Redução da previsão da
TAXAS	Outros Benefícios	Incentivo a arrecadação- Benefício individual- aposentado, pensionis	1.300,00	1.300,00	1.300,00	receita de,
IP TU	Isenção	Benefício individual- aposentado, pensionis	2.400,00	2.400,00	2.400,00	IP TU e ISS
IP TU	Permissão	Incapacidade contributiva carente	1.800,00	1.800,00	1.800,00	
TOTAL			9.100,00	9.100,00	9.100,00	

FONTES:



LA 10 - DEMONSTRATIVO VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 2017

AMR - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso VI)

EVENTOS	Valor Previsto para 2017	R\$ 1,00
Aumento Permanente da Receita		10.658,986
(-) Transferências Constitucionais		9.547,408
(-) Transferências ao FUNDEC		1.918,618
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)		3.030,198
Redução Permanente de Despesa (II)		1.598,848
Margem Bruta (III) = (I-II)		4.629,047
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)		1.851,619
Novas DOCC		1.851,619
Novas DOCC geradas por PPP		
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)		2.777,428
FONTE		

A expansão das despesas de caráter continuado terá um aumento em torno de 15% (quinze por cento), considerando aumento das tarifas públicas e reposição das perdas salariais. Para compensar esse aumento nas despesas será adotada medida para elevação da arrecadação corrente com maior controle e arrecadação de impostos. E buscando incremento na transferência do Estados e União.